

Cartas, procurações, escapulários e patuás:

os múltiplos significados da escrita entre escravos e
forros na sociedade oitocentista brasileira

*Maria Cristina Cortez Wissenbach**

Tendo como ponto de partida a apresentação de cartas escritas por escravos em São Paulo na segunda metade do século XIX, a intenção do artigo é refletir sobre algumas questões decorrentes de sua interpretação histórica: entre outras, a consideração de escravos alfabetizados e a averiguação das condições históricas que propiciaram tal aprendizado, a socialização das práticas de escrita em direção a grupos mais amplos, o sentido mágico das palavras escritas e sua aproximação à oralidade predominante na sociedade da época. Pretende-se, além disso, sublinhar a relevância da dimensão histórica do passado escravista nas discussões sobre a questão da educação na organização social das populações negras no pós-Abolição.

ESCRavidão; PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO; IDENTIDADES ÉTNICAS; CARTAS DE ESCRAVOS; SOCIABILIDADES URBANAS.

This article aims to present and discuss letters written by slaves in the XIX century, found between judicial documents of São Paulo. How the slaves are introduced into the world of the alphabet; in which historical conditions they learned to write and to read; how this apprenticeship had enlarged into a wider group of slaves and freedman that worked and lived in the cities; the magic sense of the words and letters of freedom, the frontiers between the oral and write culture are some of the questions brought with the main theme. This article is also a contribution to the discussion of the meanings of formal and informal education between the black populations in the Brazilian society after the Abolition in 1888. *SLAVERY; LITERACY OF SLAVES; ETHNICS IDENTITIES; LETTERS WRITTEN BY SLAVERS; URBAN SOCIABILITY.*

* Historiadora, doutora pela Universidade de São Paulo, pesquisadora responsável pelo Núcleo de Projetos Históricos do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação – e professora do programa de estudos pós-graduados em educação, linha de pesquisa História da Educação, na Universidade São Francisco.

Nos últimos tempos, a historiografia sobre a escravidão no Brasil conheceu mudanças significativas e, em seus novos rumos, alguns enfoques interpretativos têm se mostrado particularmente produtivos, especialmente aqueles que, partindo da consideração do escravo como agente histórico, romperam com as visões tradicionais que insistiam na reificação do cativo e também em sua vitimização¹. Marcados por um esforço empírico redobrado capaz de documentar a vida escrava em sua complexidade, foram estudos que lançaram mão de tipos diferenciados de fontes, sobretudo inventários e testamentos, processos criminais, autos cíveis e registros paroquiais, ampliando os horizontes da pesquisa histórica e reinterpretando aspectos da organização social e cultural não só dos escravos como também dos grupos egressos da escravidão. Para o estudo da escravidão, os efeitos desses esforços foram substantivos, pois multiplicaram as possibilidades de serem superados pressupostos historiográficos que vinham se tornando inquestionáveis, quase entraves epistemológicos – entre outros, a crença na anomia das estruturas familiares e sociais existentes entre escravos e libertos; a idéia da despersonalização subjacente à extrema violência do regime; a ênfase no desenraizamento a que haviam sido sujeitos os africanos na diáspora e, conseqüentemente a assertiva do vazio cultural deixado pelas rupturas inerentes à escravização.

Sem dúvida, na busca das fontes da escravidão, os pesquisadores tiveram que lidar com uma série de dificuldades, decorrentes não só da escassez de documentos sobre o tema da vida escrava, mas também, principalmente, daquelas causadas por uma incompatibilidade intrínseca entre as fontes oficiais e a história dos despossuídos ou dos dominados que se procurava resgatar². Em linhas gerais, foi preciso reconstituir

-
- 1 Vários ensaios críticos discutem as tendências da historiografia brasileira sobre a escravidão, especialmente a partir dos anos de 1980, listando os principais títulos da nova produção. Destaco, entre outros artigos, o de Stuart Schwartz (2001, pp. 21-88). Para uma bibliografia mais ampla (incluindo as produções recentes sobre o tema na América Latina e Caribe), ver Horácio Gutiérrez e John M. Monteiro (orgs.) (1990).
 - 2 Um dos textos inaugurais que sublinhou a urgência de pesquisas nos arquivos da escravidão brasileira foi o de R. Slenes, escrito em 1983, instigantemente intitulado

a vida social e cultural das populações de africanos e afro-descendentes a partir da leitura de documentos comprometidos com a visão de mundo das classes dominantes; lançar mão de testemunhos que foram produzidos no esteio do controle social, da disciplina e da repressão montadas contra setores sociais vistos como perigosos, indisciplinados e marginais. Foi necessário também contornar a frieza de informações despersonalizadas ou puramente quantitativas, filtrar os testemunhos, ler nas entrelinhas e abstrair, no máximo do possível, os preconceitos, as visões preestabelecidas, as situações de constrangimentos, nas quais réus, escravos e forros se colocavam diante de juízes, policiais e escrivães para serem julgados.

Nos anais da história da escravidão brasileira e das populações de afro-descendentes, foram raros ou raríssimos os depoimentos diretos deixados por esses setores sociais. Mas, mesmo excepcionais, quando localizados, exerceram um papel significativo nas revisões historiográficas que vimos discutindo. Como exemplo característico, pode-se lembrar o documento que o historiador norte-americano Stuart Schwartz encontrou no acervo do Arquivo Público da Bahia (Schwartz, 1977, pp. 79-81; Schwartz, 2001, pp. 119-121). Datado de finais do século XVIII, conhecido como o Tratado de Paz dos escravos rebelados do engenho Santana, de Ilhéus, o texto mantém até hoje a capacidade de surpreender, sobretudo quando informa as exigências que os escravos impuseram ao senhor para retornar ao trabalho. Nesse documento, encontram-se explicitados não só detalhes das condições do trabalho escravo e da vida dos plantéis nos engenhos baianos do século XVIII, como também demonstrada a capacidade dos escravos em reinterpretar a escravidão em seus próprios termos: o conhecimento e o controle do tempo de trabalho nos engenhos de açúcar, a organização das tarefas e o número de trabalhadores necessários para cada uma delas, a divisão sexual e étnica de determinados encargos, o interesse em manter a posse das ferramentas, a necessidade de dias de repouso, a preferência em serem supervisio-

“O que Rui Barbosa não queimou – novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”, *Estudos Econômicos*, IPE/USP, vol. 13, n. 1, pp. 117-149.

nados por fatores de sua escolha. Também expressaram a consciência dos direitos que tinham: sobretudo, o reconhecimento de roças de subsistência e de outras atividades realizadas de maneira autônoma (entre outras, a pesca, o plantio de arroz e o corte de madeira), o direito a ganhos próprios obtidos com a venda de seus produtos no mercado de Salvador. Na interpretação de Schwartz, muitas das reivindicações apresentavam-se como decorrência de direitos costumeiros, práticas acordadas entre senhores e escravos para a manutenção da sobrevivência dos plantéis e para viabilizar a dominação escravista. Ainda segundo o historiador, entre as reivindicações feitas destacava-se ainda aquela que era a prova mais clara da humanidade dos cativos: o direito ao lazer. No artigo final, exigiam explicitamente: “Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos, sem que nada nos impeça e nem seja preciso licença”.

Apesar da polêmica instaurada pela publicação e interpretação desse documento e dos argumentos apresentados por alguns historiadores sobre o perigo de sua generalização em direção a uma concepção abrandada da escravidão brasileira (Gorender, 1991, pp. 5-18; Gorender, 1983, pp. 7-39), ou mesmo sobre o caráter excepcional do tratado³, o impacto fez-se sentir, alterando algumas das mais arraigadas interpretações sobre a história dos escravos no Brasil. Sem querer exagerar seus efeitos, mas considerando as múltiplas facetas do viver escravo que o documento apresentava e impondo a lógica da reciprocidade para a compreensão das

3 Sobre a questão da excepcionalidade de determinadas fontes históricas, a sua representatividade principalmente num contexto de escassez de testemunhos, ver as colocações feitas, no âmbito da história da educação, por Dominique Julia (2001). Vale a pena registrar suas considerações a respeito de biografias tidas a princípio como atípicas: “Mas se tal percurso pode ser interessante pela sua própria estranheza, não podemos evidentemente atribuir-lhe uma representatividade que não possui. Se é verdade, no entanto, que os documentos não são abundantes para os períodos antigos, é certo que os historiadores os procuram com a tenacidade demonstrada por Armando Petrucci na Itália, reconstituindo, a partir da análise paleográfica do registro de contas de uma salsicharia do bairro do Tratevere, em Roma, as práticas de escrita utilizadas nos meios da Cidade Eterna no século XVI [...] Como repetia incansavelmente Armando Momigliano, as fontes podem ser encontradas se temos a tenacidade de ir procurá-las” [p. 19].

relações de dominação, provocou ao menos o reconhecimento da capacidade dos escravos de terem sua própria visão da escravidão e a existência de largos espaços de uma vida cultural, econômica e social autônoma.

Numa outra escala, e de forma um pouco mais esparsa ou diluída, a documentação judiciária (processos criminais e inventários, sobretudo), além de constituir uma das principais fontes da nova historiografia social, guarda igualmente, aqui e ali, registros diretos de aspectos da vida daqueles que foram enredados pelas malhas da justiça. No caso da sociedade escravista, indiciando réus escravos e forros, ouvindo testemunhas de igual condição, nos processos encontram-se transcritos fragmentos de linguajares, percepções e visões de mundo particulares. Por vezes, isso transparece em trechos de diálogos que as autoridades judiciárias preferiram manter literalmente, para captar as motivações dos crimes ou informações adicionais que, de outra forma, poderiam passar despercebidas:

Respondeu – Quem anda fugido deve andar apreatado. Que explicasse o seu dito. – Um indivíduo que anda fugido está sujeito a onças e a Capitão-do-Mato e por isso e para não ser presa fácil deles comprara a garrucha. [AESP, *A Justiça versus Apolinário, escravo de Francisco Nogueira, 1872*]⁴.

Por outras vezes, anotando as trocas de ameaças e a violência que cadenciavam o dia-a-dia dos habitantes livres e escravos e seus encontros pelos arredores da cidade de São Paulo, na segunda metade do século XIX:

– Se João da Várzea viesse com garças era um escravo a menos que Nhô Gole tinha! [AESP, *Justiça versus Bento de Oliveira Valente, 1860*];

4 Grande parte dos autos citados neste artigo foram utilizados no texto de minha autoria, publicado em 1998: Maria Cristina Cortez Wissenbach, *Sonhos africanos, vivências ladinas – escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*, São Paulo, HUCITEC; História Social / USP, 1998. Vale lembrar que, neste artigo, a grafia dos documentos foi relativamente modernizada para facilitar sua leitura; essa é uma observação importante sobretudo no que diz respeito à transcrição e interpretação das cartas, objeto do estudo. Mas em dois dos documentos mais significativos a grafia foi mantida à guisa de apresentação.

– Deixe estar o meu compadre Vieira, que se anoitecê hoje não há de amanhacê amanhã [AESP, *Justiça versus Inocência, escravo de Prudente Padilha*, 1863].

Além desses casos, em circunstâncias um pouco diferenciadas, aos autos judiciais foram anexadas pequenas peças escritas utilizadas, geralmente, como evidências dos crimes — curtos bilhetes (alguns endereçados pelos réus presos às autoridades policiais); listas de objetos (feitas com a intenção de assegurar posses, especialmente quando seu autor se encontrava foragido); rezas e preces colocadas no interior de escapulários e amuletos, que homens e mulheres portavam como elementos de proteção; e, finalmente, cartas escritas de próprio punho por escravos e que, transformadas em peças incriminatórias, nunca foram endereçadas⁵. Peças que formam uma série de papéis manuscritos que, em seu teor mais geral, aproximam-se de outras formas de escrituras ordinárias, tal como vem sendo caracterizados as práticas e os usos da escrita em suas dimensões ordinárias e cotidianas (Albert, 1993; Fabre, 1993).

Em 1868, foi essa a origem das cartas anexadas a um processo criminal, da comarca de São Paulo, escritas pelo pedreiro Claro Antônio dos Santos, escravo de ganho, pertencente ao cônego Fidélis Alves de Moraes, a mando da africana Theodora Dias da Cunha, escrava do cônego Terra, ambos residentes na cidade de São Paulo, e que constituem,

5 Noticiando uma pesquisa sobre a linguagem falada dos bandeirantes, afirma Silvio de Almeida Toledo Neto a importância das fontes cartoriais: “Muita gente caracteriza a linguagem dos cartórios como cheia de fórmulas, incapaz de refletir o dia-a-dia [...] Mas é possível encontrar em muitos casos não apenas o texto feito pelo escrivão, mas também bilhetes, recibos ou, mais raramente, diários de quem estava numa armação ou foi listado numa partilha de bens. [...] A importância desse tipo de registro, feito com *mãos inábeis*, como a gente costuma dizer, é muito grande. Esses rabiscos apressados testemunham o conhecimento do português e um contato, ainda que limitado, com a cultura escrita. Nos inventários constam, também, ainda que raramente, livros impressos: hagiografias (biografias de santos), cartilhas, obras devocionais, às vezes registradas com o título em latim errado”. Entrevista concedida a Reinaldo José Lopes, “A língua dos bandeirantes – pesquisadores descobrem traços do português dos séculos 17 e 18 na fala de habitantes das regiões percorridas pelas expedições paulistas”. Suplemento Mais!, *Folha de S. Paulo*, 10/3/2002.

aqui, objeto de interpretação. Na apresentação desse material, o objetivo é chamar a atenção sobre a importância da fonte criminal para o estudo do significado das práticas de escrita entre escravos e forros na sociedade escravista brasileira. Discutindo aspectos relevantes na sua interpretação, a intenção é também refletir, de maneira preliminar, sobre a existência de escravos alfabetizados, sublinhando as situações históricas que provocaram tal aprendizado, especialmente no século XIX brasileiro; destacar ainda a importância da averiguação desses usos e práticas no contexto da sociedade escravista como fulcro para se pensar a problemática e o significado da educação entre as populações negras no pós-Abolição.

Antes de tudo, no entanto, um aspecto deve estar sempre presente na abordagem do tema: o sentido e a simbologia quase mágicos que a habilidade de escrever, ou ainda a simples posse de “papel e de caneta de pena”, assumiu entre escravos e libertos no processo de afirmação de sua identidade social. Nesse sentido, é pertinente lembrar que, no Brasil colonial e imperial, numa sociedade com baixos índices de letramento e entre frações sociais no geral analfabetas ou semi-alfabetizadas, além de a compra da alforria ser o grande objetivo da maioria dos escravos, a “carta” – como era familiarmente conhecida por eles –, transformava-se em materialidade da liberdade desejada e obtida, constituindo-se, de fato, no único documento capaz de distinguir os forros dos escravos. Tratava-se de comprovação que deveria acompanhar os libertos em sua vida diária, até mesmo para protegê-los de serem confundidos pelas patrulhas policiais com escravos fugidos. Sentido mágico das palavras escritas, a carta de alforria aproximava-se aos escapulários e aos amuletos que os afro-brasileiros traziam consigo, no interior dos quais guardavam orações dedicadas a santos católicos e trechos dos livros sagrados dos muçulmanos.

Assim, considerar processos de letramento em seus múltiplos significados entre escravos e forros é uma vez mais penetrar no campo das evidências inesperadas que a pesquisa histórica teima em nos oferecer. Sobre o assunto e nas histórias de vida que recolheu, aludindo aos processos voluntários de aprendizado entre crianças de diferentes estratos sociais, Zeila Demartini (2001) observou que muitas delas haviam sido

introduzidas no mundo da leitura por suas babás, geralmente ex-escravas, ou ainda por filhos de escravos, companheiros das crianças brancas em seus jogos infantis. Dessa maneira, à informação da existência de escravos alfabetizados, acrescenta-se, segundo ela, um elemento a mais não imaginado pela literatura sobre a história da educação: “que os negros, pobres, pudessem estar introduzindo crianças brancas e ricas no mundo da leitura”. Ou, como observa a autora em outro trecho, ao manifestar sua surpresa diante do fato de que:

[...] a vontade de aprender a ler da criança branca estivesse ligada às relações de amizade com crianças negras e o papel de alfabetizadores que muitos negros desempenharam em várias famílias, sem que lhes tivessem sido reconhecida esta função [Demartini, 2001, p. 138].

A pesquisa aos processos criminais em que se viram envolvidos escravos e forros em São Paulo na segunda metade do século XIX oferece elementos para se refletir sobre diversos aspectos relativos à difusão da escrita entre escravos. Inicialmente mostra a relação desta prática com as condições peculiares em que se dava a organização do trabalho escravo nas cidades, à rede de sociabilidades que se fazia aí presente. Remete também às condições históricas existentes na época, particularmente aos processos que marcaram a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, como a projeção da legislação emancipacionista e a intervenção crescente do poder público no âmbito das relações entre escravos e senhores, o movimento abolicionista nas cidades e o advento da estrada de ferro.

Tomando como ponto de partida as condições que propiciaram a alfabetização de escravos e de forros, tal como referida na documentação, dois aspectos chamam de imediato a atenção: em primeiro lugar, a presença de hábitos de escrita e de leitura difundidos principalmente entre plantéis pertencentes às ordens religiosas e ao clero; em segundo, sua associação a situações singulares do trabalho urbano, mas, principalmente, a trabalhadores que exerciam atividades autônomas. No primeiro caso, tal como vem sendo colocado pela historiografia que examinou a questão da escravidão no contexto das ordens religiosas e

do clero secular⁶, seria esta uma das regalias de que gozavam os cativos assenhorados pelos homens da Igreja, refletindo o fato de que entre eles existiria uma relativa preocupação quanto às condições de vida dos plantéis, à promoção de atividades de adestramento profissional, à insistência na organização familiar e educação religiosa⁷. Na segunda circunstância, o domínio da escrita estaria ligado não só às regalias, como também às exigências decorrentes do desempenho autônomo de escravos que, com seus ofícios especializados, eram obrigados a participar de um mercado de trabalho competitivo e agenciar por conta própria seus serviços. Assim, os processos criminais associam ao escravo de ganho, tipo de trabalhador caracteristicamente urbano, não só a habilidade em ler e escrever, a posse de papel, lápis e canetas, como também uma certa destreza em contabilizar e administrar ganhos monetários. É o caso, por exemplo, de Pedro, africano de múltiplas habilidades, escravo do arceediago Fidélis Alves de Moraes que, em 1858, diante da suspeita da origem ilegal de seus pecúlios, listava de memória as obras em que havia trabalhado e os correspondentes ganhos que havia adquirido:

Respondeu que desde que veio para essa cidade há seis anos não pára e tem estado ocupado em diferentes obras em que ganhou dinheiro, sendo na de Tabora 237 mil-réis, na de Derdeis 19 mil e 400, na do Dr. Anacleto 98 mil e 800, na casa do falecido Bierrenback 185 mil e 550, na casa de Joaquim

6 Ver, por exemplo, o significativo trabalho de Luiz Gonzaga Piratininga Jr., *Dietário dos escravos de São Bento*, São Paulo, HUCITEC; Prefeitura de São Caetano do Sul, 1991, no qual o autor, descendente dos antigos escravos de São Bento, realiza a genealogia de várias das famílias originárias de ex-escravos dos beneditinos.

7 Além dos documentos aqui analisados, outros processos mencionam escravos alfabetizados entre os plantéis pertencentes ao mosteiro de São Bento, ao convento do Carmo, bem como ao clero secular. São escravos que, na cidade, se empregam tanto nas obras da construção civil, como em funções ligadas aos negócios das fazendas rurais que os beneditinos, principalmente, ainda possuíam nas adjacências da cidade. É lícito lembrar que as condições relativamente diferenciadas de vida e de trabalho que os escravos da Igreja vivenciavam não necessariamente abrandavam a situação do ser escravo e os antagonismos com seus senhores. Um dos processos consultados envolveu escravos do convento do Carmo, acusados de assassinar o prior, em 1859, crime que agitou a pequena e aparentemente pacata cidade escravista que foi São Paulo durante séculos.

Elias 34 mil e 540, de Sales 785 mil e 600, na de Guilherme Castanho da Silva 23 mil e 600, que soma 786 mil e 30, tendo mais a acrescentar que na obra de Pires 17 mil e 280, na casa do Dr. Pinto 39 mil e 40 e na obra de Joaquim Tamanca 90 mil e 720 [...] [AESP, *Justiça versus Pedro, escravo do Reverendo Archediago Fidélis José de Moraes*, 1858].

Mais do que isso, segundo ainda a documentação, a capacidade da escrita estava imbricada a vivências relativamente independentes. A alfabetização, implicando a aquisição e o uso de um código até então prerrogativa dos brancos, adequava-se a valores e necessidades dos cativos e às circunstâncias do ser escravo e transformava-se em elemento de afirmação social, não só nas relações com a sociedade mais ampla, mas também naquelas estabelecidas intragrupos sociais; no contexto dos relacionamentos existentes entre os dominados e como forma de afirmar as hierarquias existentes entre eles. Era, aliás, segundo as informações trazidas pelos autos, habilidade a ser exibida com bastante orgulho entre parceiros, homens e mulheres, escravos e forros, da mesma maneira que faziam questão de ostentar suas armas, suas posses monetárias, o usufruto de condições de relativa autonomia, tais como morar só, agenciar seus trabalhos, ter suas amantes, gozar da liberdade de ir e vir. Como decorrência ainda desse atrelamento à autonomia, a escrita aparece como instrumento capaz de legitimar posses, numa sociedade que, de fato, não reconhecia legalmente as propriedades dos escravos, até pelo menos a lei de 1871. Antes de fugir, o escravo Claro fez questão de deixar seus bens detalhados e avaliados em seus valores correspondentes, depositados com um parceiro, escolhido por ele para ser seu procurador:

Em São Paulo, no dia 21 de fevereiro de 1867:

1 colete de seda preta com uma gravata	9\$000
1 dito xale de lã branco	7\$000
1 dita calça de seda preta	12\$000
1 dita calça de casimira preta	22\$000
1 dita calça de brim	9\$000

1 dito paletó de lã	6\$000
1 dita camisa de lã vermelha	5\$000
4 camisas de morim fino	24\$000
2 camisas de baeta	33\$000
mais um dito estojo de navalha	3\$000
mais um chapéu de cabeça	3\$000

Passo esta procuração para o Senhor Francisco Benedito de Assis, pela ordem minha. Claro Antônio dos Santos [AESP, *A Justiça versus Claro e Pedro, escravos do cônego Fidélis Alves Sigmaringa de Moraes, 1868-1872*].

Entre os sentidos que venho apontando, o mais significativo é que, embora qualidade individual exercida por poucos (ou por raríssimos escravos), a arte da escrita ligava-se direta ou indiretamente às sociabilidades existentes no mundo das cidades, entretidas entre escravos, forros, negros nascidos livres, brancos pobres – em uma sociedade e num tempo, como diz Fabre, em que “uns lêem, outros escutam, ou simplesmente vêem, mas todos aproximam-se bem ou mal da escrita, todos percebem-na e experimentam sua presença” (Fabre, 1985, p. 233). Assim, podendo aparecer ora atrelada a comportamentos solidários, ora transvestida em mercadoria passível de ser comprada e vendida, a arte da escrita e da leitura de alguma forma espriava-se em direção a grupos mais amplos.

Em outras palavras, nas condições da escravidão urbana, em que se intensificavam as trocas e os contatos entre os setores despossuídos da sociedade, homens e mulheres de diversas procedências, ofícios e condições, o código da escrita poderia ser ampliado para além dos segmentos alfabetizados. Foi desta maneira que se apresentou, num primeiro contato ocorrido nas ruas de São Paulo, a figura do pedreiro Claro na visão atenta de Theodora:

Respondeu que uma vez vindo de um armazém, na Rua de São Gonçalo, em uma casa dos fundos dos Remédios, a qual estava sendo assoalhada por Claro viu que ele escrevia e por isso dando seis vinténs, a respondente pediu-lhe que ele escrevesse uma carta para o filho e marido da respondente e que

ainda escreveu mais outras [...] [AESP, *A Justiça versus Claro e Pedro, escravos do cônego Fidélis Alves Sigmaringa de Moraes, 1868-1872*].

Ou em outro trecho de seu interrogatório, ao ser perguntada de onde conhecia o escravo, respondia:

De o ver reparando tábuas no terreiro da casa dele no remédio com um papel na mão na ocasião em que a respondente passava pela rua para ir fazer compras. Perguntada se costumava ir a casa do Cônego Fidélis. Respondeu que costumava ir até a pouco só. Fazer o que? Respondeu que com papel para lhe ensinar a como ler e escrever. Quantas cartas mandou escrever por Claro? Respondeu que cinco, tendo dado seis vinténs para o correio [...] [AESP, *idem*].

No caso da africana, escrava doméstica, a escrita aparece em seu sentido mais corriqueiro e trivial: esperava que, por meio das cartas, se concretizasse a possibilidade de localizar e entrar em contato com seu marido e seu filho, dos quais havia sido apartada já algum tempo, exigindo-lhes parceria na busca e na realização de seus objetivos maiores – reunir a família, juntar o pecúlio necessário para a compra da liberdade e, finalmente, voltar à terra natal, a África. Anexadas aos autos criminais como prova da possível participação da africana num roubo praticado na casa em que morava com o seu senhor, as sete cartas de autoria de Claro/Theodora tiveram diferentes destinatários e a maior parte delas seria endereçada ao marido, cujo destino ela tão-somente intuía. Acompanhar o texto da primeira delas, mantendo-se um pouco a sua grafia, ajuda a esclarecer o sentido geral de todas as demais:

Meu Marido Snr° Luis

Muito heide estimar que esta va achar você esteije com saude que meu desejo voce me mande contar para hande voce esta morando. Quem me arematou foi um moçó muito rico de campinas o homem chama Marciano quina eu fis uma pormeça em comgo voce não esta lembrado da pormeça que voce que eu fis voce não esta lembrado que voce pai vendeu voce para se lembra da pormeça que me avisou de noite eu estava dormindo. Rainha tem compa-
nheiro de fase pormeça e não compir e agora ella esta persa no lmal e porição

facillital com santos e porçoço você veja que a rainha e maior do mundo e esta persa no mal e não pode se salvar porque São Benedito perdeu ella no mar não pode se çalvar e porçoço eu não facilito com santos eu espero hinda compir ainda que esteja com cabelos bracos [...] [AESP, idem]

Tanto a história de Theodora quanto o conteúdo central das cartas remetem-se a situações e a vivências relativamente comuns entre as populações escravas daquela época, sobretudo as urbanas. Proveniente da África, a escrava foi inicialmente destinada a uma propriedade rural escravista, no interior de São Paulo, sendo depois separada do marido (também africano) e do filho e vendidos isoladamente a diferentes proprietários. Trazida para a cidade de São Paulo, passou a juntar esforços, argumentos e dinheiro necessários para obter sua alforria. Diante das dificuldades que encontra – sobretudo frente às insignificantes quantias que consegue arrecadar, pedindo esmolas ou vendendo água aos soldados a três vinténs –, visualiza, na reunião da família e no convencimento de seu senhor, as únicas chances de realizar suas intenções. Os argumentos utilizados em suas comunicações são, em sua maioria, morais e religiosos – reclama ao marido a parceria no cumprimento de uma promessa; exige igualmente do senhor a responsabilidade na mesma. No conjunto das cartas, é também bastante significativa aquela que foi enviada ao senhor:

Meu Senhor,

Eu tive hum avizo de noute vinha eme falava dizendo que compriçe a pomeça que promiti de vortar para minha terra esta conga que fala comigo dis que ceu morendo a qui nao comprarei pomeça que nem eu enxú. Vnce nao cupri d'esta prorça por meu pai foi compado deu ser vidia porque deos não quer que se aparte coga de preto de agola meu senhor Vnce e responsado de ajuntar cem eu iso querede me fora quero Vnce de lisensa para eu tira ismola nos domingo p^a hirdando p^a senhor eu ja tenho 4 milreis e vnce ja ten 9 mil reis na sua mão

iscrava de Vnce – Tiodora [AESP, idem].

Único destinatário que de fato a leu – a carta enviada ao senhor guarda, sintomaticamente, uma estrutura diversa das demais. Sem preâm-

bulos, nela predominam o sentido exato do conteúdo, as cobranças de Theodora, em exigências que são acompanhadas por argumentos religiosos claramente utilizados para sensibilizá-lo. Entre eles, aquela contida numa frase marcante que revela, acima de tudo, a solidez das uniões familiares dos africanos, mesmo diante das intempéries impostas pela escravidão. Dirigindo-se ao senhor, evoca sua responsabilidade:

por que meu pai foi culpado de eu ser vendida, porque Deus não quer se aparte Conga de negro de Angola [AESP, idem].

Supondo terem sido escritas por um mesmo escriba (mais provavelmente por dois, uma vez que as cartas apresentam diferenças de grafia), excluindo a que foi endereçada ao senhor, o texto das demais cartas oferece repetições e características peculiares. Em quase todas elas, os trechos iniciais e finais apresentam saudações que se repetem, imaginadas possivelmente por quem escreve (Claro) ou intuídas pela própria escrava – como atributos próprios à natureza de correspondências. São, no entanto, curtas formalidades que introduzem, numa seqüência imediata, a afirmação das intenções da escrava:

Muito heide estimar que esta va achar voce esteije com saude que meu desejo voçe me mande contar para hande voçé esta morando [...]

Muito estimo a sua saude como pra mim desejo noto bem para vance me faça o favor de ajuntar [aquele dinheiro]

Eu heide estimar que esta [...] gozando a sua felicidade como para mim desejo noto bem para mi fazer o favor de vir [falar comigo sem falta] [AESP, idem].

Algumas variações são apresentadas quando se trata de outros destinatários, que não os pertencentes ao círculo íntimo da escrava; por exemplo, na carta ao irmão do senhor de seu marido os dizeres são mais formais e o movimento da escrita mais lento:

Eu heide estimar que esta va achar o V. S. com muita felicidade com para mim desejo noto bem que v. s. me faça o favor de mi mandar esta carta [...] [AESP, idem].

Além desses detalhes relativos ao conteúdo e à forma da correspondência de Theodora, o que se observa em geral é uma escrita que denota nítidas características de oralidade, supostamente decorrente do fato de terem sido ditadas. No geral curtas, quase pequenos bilhetes, guardam um ritmo todo particular, na quase ausência de pontuações gráficas, na inexistência de pausas, no uso de elementos de ligação (por exemplo, a expressão “no mais”) e, principalmente, na rapidez em que a seqüência de assuntos vai sendo articulada, como se tratasse de associação livre de idéias:

Meu marido Luís, São Paulo

Muito hei de estimar que Vancê esteja com saúde eu estou aqui na cidade eu vos escrevo para Vancê se lembra daquela promessa que nos fizemos eu hei de procurar por você mando muita lembrança para você ajuntar um dinheiro lá se puder vir falar comigo venha senão puder me manda a resposta e dinheiro vá juntando lá mesmo se caso eu me arranjar por aqui mando propio lá. Dessa vossa mulher Teodora escrava do cônego terra que fui vendida na vacaria [AESP, idem].

Em outro trecho, a escrava reitera, dessa forma rápida, livre e, sobretudo, contundente, as exigências ao marido, revelando ao final uma certa desesperança:

[...] para me fazer o favor de vir [...] falar comigo sem falta me falta 198 mireis para a minha liberdade no mais me mande a resposta desta para o senhor domiciano na cidade de sorocaba sem falta no mais eu estou pagando como uma escrava deste padre malvado no mais a Deus a Deus ate um dia que Deus me ajude com sua graça divina misericórdia no mais sou a sua mulher teodora da cunha dias [AESP, idem].

Na feição de uma escrita que se aproxima de maneira acentuada à oralidade, é de se considerar a imagem de uma negra, relativamente idosa (levando-se em conta as concepções da época e os desgastes físicos inerentes às idades da escravidão) e contadora de histórias, atributo que transparece especialmente quando narra seus sonhos, ou quando evoca as obrigações religiosas feitas com o marido:

Eu tive um aviso de noite vinha eme falava dizendo que cumprisse a promessa que prometi de voltar para minha terra esta conga que fala comigo diz que se eu morrendo aqui não cumprirei promessa que nem eu enxú [...]

[...] Rainha tem companheiro de fazer promessa e não cumpriu e agora ela está presa no mal e por isso facilita com santos e por isso você veja que a rainha é maior do mundo e esta presa no mal e não pode se salvar porque São Benedito perdeu ela no mar [AESP, idem].

Nos termos de uma interpretação mais profunda das cartas, é necessário ter em mente outras ordens de questões. A primeira delas é relativa à referência étnica presente nas observações feitas pela escrava, levando-se em conta não só sua procedência, como a menção indireta à travessia marítima e aos santos afro-brasileiros, ou seja, a elementos que lembram as raízes culturais de um passado que não se apresentava tão distante, nas lembranças e nas expectativas de Theodora. Embora conteúdo de difícil explicitação nas trajetórias biográficas dos escravos brasileiros, a relação entre identidade étnica, vivência da escravidão e elementos culturais retidos e revividos pelos africanos e seus descendentes no Brasil devem estar sempre pontuados, mesmo que resultem, por falta de evidências, em simples conjecturas. E isso exatamente porque aparecem, direta ou indiretamente, como conteúdos de auto-identificação⁸. Em sua qualificação, ao ser interrogada pelas autoridades policiais e judiciárias, Theodora faz questão de afirmar sua africanidade:

Respondeu chamar-se Theodora, ignora sua idade que representa ser 50 a 60 anos, casada com Luís que se acha vendido em Campinas, filha de Balanger carpinteiro, ignora o nome da mãe, ambos da Costa, Conga, natural da Costa, escrava do ofendido, cozinheira, não sabe ler nem escrever [AESP, idem].

8 Entre os estudos que investigam a questão da etnicidade africana no Brasil, destacam-se aqueles que sublinham a importância das nações diaspóricas e o poder de aglutinação que identidades como a dos nagôs, malês, iorubás e bantos tiveram entre os escravos do Brasil, no século XIX. Matory (1998); Slenes (1995); Soares (2000); Oliveira (1997).

A segunda ordem de questões diz respeito às fronteiras entre oralidade e escrita. Na perspectiva dos novos estudos, bem como na produção sobre história da cultura e da leitura, a tendência é que sejam diluídas, cada vez mais, as distâncias entre cultura oral e cultura escrita, entre a literatura erudita e o universo de tradições populares, fronteiras estas que, no geral, haviam sido maximizadas pelas vertentes mais tradicionais da etnologia e da antropologia⁹. À luz dessa linha de interpretação, expressões da cultura escrita que circulavam entre escravos e livres pobres, habitantes da cidade, devem ser entendidas em suas intersecções a outros aspectos da sociabilidade urbana, entre eles a maneira pela qual as notícias se espalhavam entre essas populações, os hábitos de leitura em voz alta, o diz-que-diz, o ouvir falar, as novidades que iam e vinham das cidades em direção às fazendas do interior e vice-versa, propagadas nos novos ritmos trazidos pela estrada de ferro. Fazendo ampliar a percepção dos direitos que tinham na época, essas dimensões devem ser compreendidas inseridas numa conjuntura particularmente agitada, marcada pelas leis emancipacionistas (das quais os escravos tomavam rapidamente conhecimento), pelo aumento das agitações da escravaria (em revoltas que tendiam a se espalhar, sobretudo nas últimas décadas da escravidão) e pelo crescente comprometimento de largas parcelas da sociedade urbana com o movimento abolicionista (Machado, 1994). Se, nos tempos do Brasil colonial e no Império, a relação entre cultura oral e cultura escrita era mediatizada pelos bandos e pregões lidos nas praças públicas, a partir da segunda metade do século XIX, as informações espalhavam-se através das linhas de trem e da imprensa que ampliava o conhecimento e a interpretação das notícias. São aspectos que devem estar referidos nos esforços de historicizar hábitos de leitura e de escrita entre escravos e escravas, crioulos e africanos que viveram nessa época.

Nessa direção, dilui-se cada vez mais a idéia de escravos apartados do contexto político e dos movimentos que resultaram a derrocada final do regime da escravidão. A reintegração dos escravos à história, como

9 Ver além do estudo de Albert, anteriormente citado, a produção sobre a literatura de cordel em Portugal e no Brasil. Entre outros estudos: Abreu (1999, 2000; Galvão, 2001).

agentes, o reconhecimento dos níveis de consciência e de atuação que tiveram e nos quais agiram, o pressuposto de que, em certo sentido, eles eram senhores de si, implica ao final uma revisão profunda dos chamados efeitos negativos ou maléficos da escravidão – e que vinham se convertendo em limitações à interpretação, sobretudo quando observados à luz dos comportamentos dos ex-escravos na vivência da liberdade. Na ótica da história social dos inícios do século XX, mais especificamente no que diz respeito à história da educação¹⁰, o que deve ser ressaltado é que a Abolição, mesmo significando um corte profundo com a situação pregressa não significou a ruptura total com as experiências vividas nos limites e nas possibilidades do ser escravo. A idéia de ruptura que por tanto tempo impregnou os estudos sobre a modernidade, numa sociedade formada exclusivamente por homens livres, cidadãos em potencial, trazia implícito o anseio em escamotear escravos e forros como grupos socialmente ativos, transformando-os em seres destituídos de experiências historicamente constituídas. No sentido oposto, as evidências documentais sugerem que a busca em reorganizar famílias e parentelas, a procura por territórios sociais onde preexistiam coletividades de forros, e principalmente o pertencimento a associações culturais, educacionais e religiosas, demarcaram linhas de continuidade entre vivências concebidas, no geral, opostas. É claro que a idéia da liberdade e os meios de concretizá-la passavam necessariamente por aquilo a que haviam sido impedidos como escravos, mas era referenciada também por aprendizados sociais anteriormente adquiridos.

10 Sobre a questão dos processos de escolarização e alfabetização das populações negras, especificamente na cidade de São Paulo ver, entre outros: Demartini (1989). Sobre as direções historiográficas no tratamento do tema, ver Regina Pahim Pinto. “A educação do negro – uma revisão da bibliografia”. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 62, pp. 3-34, 1987.

Referências bibliográficas

- ABREU, Márcia (org.) (2000). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras.
- ABREU, Márcia (1999). *História de cordéis e folhetos*. Campinas: Mercado de Letras.
- ALBERT, Jean-Pierre (1993). “Approches anthropologiques de l’écriture ordinaire”. In: POULAIN, Martine (direc.). *Lire en France aujourd’hui*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (2001). “Crianças como agentes do processo de alfabetização no final do século XIX e início do XX”. In: MONARCHA, Carlos (org.). *Educação da infância brasileira – 1875-1983*. Campinas: Autores Associados.
- _____. (1989). “A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século”. ANDE, Revista da Associação Nacional de Educação, v. 14, n. 8, pp. 51-61.
- FABRE, Daniel (dir.) (1993). *Écritures ordinaires*. Paris, P.O.L.; Centre Georges Pompidou.
- _____. (1985). “Le livre et sa magie”. In: CHARTIER, Roger. *Pratiques de la lecture*. Paris: Éditions Rivages.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (2001). *Cordel – leitores e ouvintes*. Belo Horizonte: Autêntica.
- GORENDER, Jacob (1991). *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática.
- _____. (1983). “Questionamento sobre a teoria econômica do escravismo colonial”. *Estudos Econômicos*, IPE-USP, v. 13, n. 1, pp. 7-39.
- HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.) (1997). *A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- JULIA, Dominique (2001). “A cultura escolar como objeto histórico”. *Revista Brasileira da História da Educação*, n. 1, pp. 9-45.
- MACHADO, Maria Helena P. T. (1994). *O plano e o pânico – os movimentos sociais na década da Abolição*. São Paulo; Rio de Janeiro: EDUSP; Editora UFRJ.

- MATORY, J. Lorand (1998). “Jeje: repensando nações e transnacionalismo”. *Mana, Estudos de Antropologia Social*, v. 5, n. 1.
- MONTEIRO, John Manuel & GUTIÉRREZ, Horácio (orgs.) (1990). *A escravidão na América Latina e no Caribe*. São Paulo: CELA; UNESP.
- OLIVEIRA, Maria Inês Cortês (1997). “Quem eram os negros da Guiné – origens dos africanos da Bahia”. *Afro-Asia*, Salvador, n. 19/20, pp. 37-73.
- PINTO, Regina Pahim (1987). “A educação do negro – uma revisão da bibliografia”. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 62, pp. 3-34.
- SCHWARTZ, Stuart (2001). “A historiografia recente da escravidão brasileira”. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução, Bauru: Edusc.
- _____. (1977) “Resistance e accommodation in 18th Brazil: the slave’s view of slavery”. *Hispanic American Historical Review*, v. 57, n. 1, pp. 79-81.
- SLENES, Robert W. (1995). “Malungo, ngoma vem! África encoberta e descoberta no Brasil”. *Cadernos do Museu da Escravatura*, Luanda, n. 1.
- SOARES, Mariza de Carvalho (2000). *Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.